



Congresso Nacional já criou 27 datas comemorativas em 2012

O aniversário do Buda Shakyamuni, a valorização da família, o reggae e o suinocultor ganharam seus dias no calendário oficial brasileiro. As datas estão entre os 27 dias nacionais criados em leis sancionadas pela presidente Dilma Rousseff em maio deste ano. É um recorde no calendário brasileiro que, em 2011, recebeu oito dias comemorativos e, nos dois primeiros anos do governo Lula, apenas uma.

Além da curiosidade de, neste ano, ser reconhecida a necessidade de o Brasil ter datas específicas para o ouvidor, o artesão, o paisagista, as hemoglobinopatias e o combate e prevenção à trombose, a enxurrada de datas comemorativas pode ser o sintoma da inércia do Poder Legislativo.

O cientista político Frederico Almeida, que coordena o curso de Direito da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo, afirma que a quantidade de leis “não tão necessárias” aprovadas mostra que as grandes questões do Congresso estão concentradas nas mãos dos líderes de partidos e bancadas. Com isso, “sobra” para o deputado que não é líder a possibilidade de criar este tipo de lei, para dar respostas ao seu eleitorado.

“A satisfação que o deputado que não é líder pode dar ao público é encaixar emendas no orçamento, o que depende de acordos com lideranças, em um nível mais paroquial, ou dar essas compensações simbólicas, como datas comemorativas”, afirma Almeida.

Entre as “grandes questões” que o professor afirma estarem paradas estão aquelas que levaram ao tão reclamado “ativismo judicial”, ou seja, forçaram o Judiciário a se adiantar, decidindo questões que ainda não estão previstas na lei, como a união civil entre pessoas do mesmo sexo. “Reforma política, tributária processual, são propostas que estão paradas no congresso, esperando as decisões e acordos dos líderes”, reclama.

A aprovação de leis que em pouco interferem no dia a dia da população exemplifica o pior do Congresso, na opinião de Leonardo Palhares, sócio do escritório Almeida Advogados e vice-presidente da Câmara E-net, a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico. Segundo ele, a preocupação com a aprovação de tais leis tira o foco do que existe no Congresso como exemplo de melhores iniciativas, como audiências públicas.

Palhares tem interesse direto, pela Câmara E-net, na aprovação de leis como a tipificação dos crimes virtuais. “Não é só de interesse do empresariado, mas também da sociedade como um todo, que haja a aprovação de projetos substanciais, mas que se arrastam há muitos anos sem grandes evoluções por necessitarem de discussão”, afirma o advogado.



Para ele, o melhor que o Legislativo pode fazer é submeter os projetos a consultas públicas online, audiências públicas para que os interessados possam opinar, como tem sido feito com o marco civil da internet. De cujas audiências ele tem participado e espera que, ao fim das consultas, o projeto seja realmente encaminhado para votação. “Ao contrário do que foi feito com a tipificação de crimes na internet, que já contava com um bom projeto engavetado há anos na Câmara mas, por pressões sociais—criadas com o escândalo do vazamento de fotos da atriz Carolina Dieckman —, aprovou-se, às pressas, um outro projeto.”

Contraponto

O diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz, discorda de que o Congresso esteja inerte nas questões importantes. Ele diz que é inquestionável o aumento na quantidade de efemérides sancionadas este ano, mas que isso não tira a atenção das grandes causas, nem é reflexo de que estejam paradas.

“Muitas matérias são de competência exclusiva do Executivo, como orçamentos, que significam 25% das leis, mas os parlamentares se mantêm ativos, apresentando emendas orçamentárias, por exemplo”, afirma Queiroz.

O diretor do Diap explica que a presidente Dilma teve foco em matérias e leis que considerou fundamentais, como valorização do salário mínimo, a correção do imposto de renda, o aviso prévio proporcional, o programa Brasil Maior, Cadastro Positivo, Lei Geral da Copa, Lei de Acesso à Informação, Código Florestal. Muitas dessas leis, diz Queiroz, tiveram origem no Congresso.

A assessoria da Presidência da República diz que coube à presidente apenas sancionar as leis com propostas de dias comemorativos que chegaram à ela pelo Congresso. Nenhuma opinião a respeito do aumento foi emitida.



Calendário oficial	
Datas criadas por leis sancionadas em maio de 2012	
Dia Nacional do Jogo Limpo e de Combate ao Doping nos Esportes	15 de janeiro
Dia Nacional do Movimento Municipalista Brasileiro	23 de fevereiro
Dia Nacional da Advocacia Pública	7 de março
Dia Nacional do Ouvidor	16 de março
Dia Nacional do Artesão	19 de março
Dia Nacional das Hemoglobinopatias	8 de maio
Dia Nacional do Turismo	8 de maio
Dia Nacional do Reggae	11 de maio
Dia do Aniversário do Buda Shakyamuni	segundo domingo de maio
Dia Nacional da Educação Ambiental	3 de junho
Dia Nacional do Suinocultor	24 de julho
Dia Nacional dos Portadores de Vitiligo	1º de agosto
Dia Nacional dos Direitos Humanos	12 de agosto
Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas	13 de setembro
Dia Nacional de Combate e Prevenção à Trombose	16 de setembro
Dia Nacional de Conscientização e Incentivo ao Diagnóstico Precoce do Retinoblastoma	18 de setembro
Dia Nacional do Atleta Paraolímpico	22 de setembro
Dia Nacional do Paisagista	4 de outubro
Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas	10 de outubro
Dia Nacional da Música Popular Brasileira	17 de outubro
Dia Nacional do Maquinista Ferroviário	20 de outubro
Dia Nacional de Valorização da Família	21 de outubro
Dia Nacional do Securitário	terceira segunda-feira de outubro
Dia Nacional do Quilo	3 de novembro
Dia Nacional da Umbanda	15 de novembro
Dia Nacional da Silvicultura	7 de dezembro
Dia Nacional do Cooperativismo de Crédito	28 de dezembro

Date Created

02/06/2012